

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA**

**LEI Nº 766**

**DISPÕE SOBRE OS SERVIÇOS FUNERÁRIOS E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

MAURO JÖNCK, Prefeito Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º: Os serviços funerários no Município e Angelina serão executados em observância ao que dispõe a Lei:

Art. 2º: Os serviços funerários serão executados por delegação a pessoas jurídicas de direito público ou privado, através de concessão, sem exclusividade, ou permissão, a título precário, após o regular processo licitatório.

Art. 3º: Os serviços funerários compreendem:

- I - a preparação do cadáver;
- II - a promoção de condições para o velório de cadáveres, com o fornecimento de urna mortuária, adornos, acessórios e equipamentos;
- III - a consecução de documentos, relativos ao reconhecimento jurídico do passamento do cadáver;
- IV - a execução da divulgação do passamento do cadáver pelos veículos de comunicação social ou outra forma;
- V - o transporte do cadáver;
- VI - o transportes de pessoas para o acompanhamento do féretro;
- VII - a licença e o local para o sepultamento do cadáver;
- VIII - a comercialização de artigos mortuários; e
- IX - a encomendação do corpo.

Art. 4º: Para a exploração dos serviços funerários os interessados devem apresentar à Prefeitura Municipal de Angelina, após julgada, homologada e adjudicada a licitação:

- I - requerimento solicitado a permissão ou a concessão;
- II - fotocópias autenticadas dos seus documentos constitutivos;
- III - certidão negativa de débito junto ao INSS, FGTS e Fazenda Municipal;
- IV - declaração escrita, de sujeição às normas reguladoras do serviço; e
- V - carta consulta sobre a localização do estabelecimento funerário.

Art. 5º: Os Estabelecimentos funerários deverão distar pelo menos 100 (cem) metros de estabelecimentos hospitalares, casas de saúde, e estabelecimentos de ensino, bem como não poderão instalar-se em bairros estritamente residenciais.

Art. 6º: Os estabelecimentos permissionários ou concessionários dos serviços funerários-  
os deverão revestir-se de discrição, ficando vedada a exposição de artigos funerários de maneira ostensiva, em vitrines e similares, bem como a exposição de urnas mortuárias e cadáveres à visão dos transeuntes e o estacionamento ostensivo de veículos lotados ou não.

Art. 7º: Os serviços funerários serão prestados em observância aos princípios éticos, legais e ou estabelecidos nesta Lei:

- I - diária e alternadamente um estabelecimento funerário ficará de plantão, por vinte e quatro horas fazendo disto comunicado aos hospitais, casas de saúde e similares, sem prejuízo da opção, pelo usuário da utilização dos serviços de qualquer outro permissionário ou concessionário;
- II - fica expressamente vedada a permanência dos permissionários ou concessionários, por  
seus agentes ou equipamentos, nos hospitais, casas de saúde e similares, com a finalidade de contratação de serviços funerários, efetivos ou em potencial;
- III - Ficam os permissionários ou concessionários, obrigados a emitir Nota Fiscal de Prestação de Serviços e nota discriminada dos serviços e mercadorias;
- IV - a exploração da atividade e comercialização de adornos e equipamentos em locais públicos e em eventos especiais, dependerá sempre de autorização prévia e específica do Município;
- V - no caso de cadáver, cujo óbito se deu em decorrência de doença infecto-contagiosa,

deverão ser tomadas todas as providências e precauções estabelecidas pelas normas de saúde pública;

VI - em caso de calamidade ou eventos similares, os serviços serão prestados com escopo estritamente social;

VII - Os permissionários ou concessionários dos serviços funerários, somente executarão sepultamento de cadáveres, após a expedição da respectiva Certidão de Óbito, ou excepcionalmente do Atestado Médico do óbito.

Art. 8º: Pessoas consideradas indigentes serão beneficiadas com ataúdes pelo Município, bem como o espaço destinado para tais sepultamentos mediante estudo sócio-econômico, realizado pela Assistência Social do Município, na forma da legislação municipal.

Art. 9º: Os serviços funerários permitidos ou concedidos serão fiscalizados pelo Município, que em caso de inobservância das normas reguladoras, aplicará a penalidade aos infratores.

§1º: As penalidades de que trata este artigo se constituirão de:

- I - advertência oral;
- II - advertência por escrito;
- III - cassação da permissão ou concessão, e consequentemente do Alvará de Licença;
- IV - apreensão de equipamentos e acessórios, com cobrança do valor equivalente ao ressarcimento dos dispêndios para a sua execução.

§2º: A fiscalização do serviço será processada, obrigatoriamente, com a emissão do respectivo Termo de Inspeção.

§3º: Os permissionários ou concessionários ficam obrigados a fornecer por escrito, ao Município relatório sucinto dos serviços prestados mês a mês.

Art. 10º: A fiscalização dos serviços funerários fica a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças que praticará todos os atos necessários ao bom desempenho de sua competência.

Art. 11º: O Município poderá adotar padrões ou adotar processos especiais de identificação, de  
imóveis, equipamentos, instalações e artigos funerários, para promover a uniformização e caracterização dos serviços funerários.

Art. 12º: Os serviços executados no cemitérios municipais, obedecerão as normas fixadas nesta

Lei e seu regulamento, especialmente quanto:

- I - a ordem a ser seguida na construção de túmulos e subterrâneos;
- II - a limpeza no local onde é feito o túmulo;
- III - a restauração de túmulos vizinhos por eventuais danos causados aos mesmos, por ocasião de sepulturas;
- IV - as tarifas cobradas pelas funerárias serão fixadas pelo Município;
- V - as funerárias terão 05 (cinco) dias de prazo para o recolhimento das taxas, caso a família não as tiver recolhido; e
- VI - ao traslado de cadáver de outro Município, a funerária terá que trazer o registro de óbito.

§ Único: Os túmulos não excederão a 1,00 (hum) metro do nível do solo, vedada qualquer tipo de construção como cobertura.

Art. 13º: Os óbitos de pessoas procedentes e com domicílio ou residência em outros Municípios

serão atendidos pelo plantonista funerário, sendo permitida à família ou ao responsável pelo falecido (a) a opção por serviços funerários de empresa de origem do falecido (a).

Art. 14º: Fica expressamente vedada a exploração de qualquer serviço funerário por pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas, ressalvadas a ação social do Município.

Art. 15º: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16º: Revogam-se as disposições em contrário.

Angelina, 05 de dezembro de 1997.

**MAURO JÖNCK**  
**Prefeito Municipal**